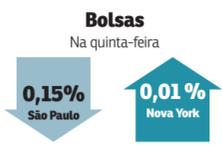




7 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 7 de abril de 2023



Na quinta-feira
R\$ 5,058
(- 0,64%)

Dólar

	Últimos
31/março	5,097
3/abril	5,068
4/abril	5,082
5/abril	5,049

Salário mínimo
R\$ 1.302

Euro
Comercial, venda
na quinta-feira
R\$ 5,525

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado
30 dias (ao ano)
13,65%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Outubro/2022	0,59
Novembro/2022	0,41
Dezembro/2022	0,62
Janeiro/2023	0,53
Fevereiro/2023	0,84

REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad: bilionário não vai “mamar” na União

Ministro alerta que ajuste no sistema de impostos é para alcançar, também, empresas e pessoas habituadas a se servirem de brechas

» FABIO GRECCHI
» RAPHAEL PATI*

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse, ontem, que a reforma tributária servirá não apenas para corrigir as distorções no sistema de impostos do país, que considera “injusto”, mas, também, para mostrar que existe um grupo de empresas e pessoas que usam vários subterfúgios contábeis para não pagarem o que deveriam à União. Conforme adiantou à *BandNews*, esses serão alcançados “para que o país possa tomar uma decisão sobre o que ele quer ser”.

“Minha vontade é listar o que está acontecendo. Para onde está indo o dinheiro público? Quando o cidadão souber o que está acontecendo, ele vai se indignar. ‘O meu salário não sobe para esse bilionário continuar mamando no Orçamento público?’ Vamos escancarar isso para o país tomar uma decisão sobre o que ele quer ser”, afirmou.

Para o aumento da arrecadação, estão na mira da reforma aproximadamente 500 grandes empresas que, segundo Haddad, acumulam vantagens tributárias — como incentivos fiscais concedidos por estados a empresas, via Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que por meio da base de cálculo de impostos federais (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica/IRPJ e Contribuição Sobre o Lucro Líquido/CSLL), podem abater esse crédito. O governo pretende tornar que tal incentivo seja deduzido caso seja destinado a investimentos, e não a custeio.

“Como cidadão, considero muito injusto o nosso sistema tributário. Não acho justo fazer recair ajuste sobre quem está precisando de um empurrão para subir na vida, para crescer, para se desenvolver, e manter essas ‘tetras’ abertas pelo Orçamento, sem transparência nenhuma. Minha vontade é listar o que está acontecendo”, salientou.

Washington Costa/MF



Ministro garante que o arcabouço fiscal está sendo construído para que áreas fundamentais, como saúde e educação, não sofram contingenciamentos

O ministro também aproveitou a entrevista para mandar um recado à Câmara dos Deputados e ao Senado para o caso de a reforma tributária não mexer com aqueles que, na visão do governo, não contribuem da forma que deveriam, em matéria de impostos. “O Congresso Nacional vai dar a última palavra. Se ele não quiser fazer com que quem não paga — as empresas bilionárias, listadas em bolsa —, se ele não quiser que as empresas paguem um pouco a mais do que pagam hoje, vai ter que olhar para o outro lado e cortar na carne de quem não tem, de quem está no osso”, alertou. A reforma tributária tramita, sobretudo, por meio das Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 45/19 e 110/19.

Proteção

Sobre o arcabouço, Haddad assegurou que a nova regra fiscal protegerá despesas relacionadas à saúde, educação, além da valorização do salário mínimo e da transferência de renda, que não sofrerão contingenciamentos. E insistiu, mais uma vez, que o arcabouço garante que os gastos serão inferiores à receita do governo.

“Na época em que a população ainda não estava vacinada, o governo federal cortou o Auxílio (Brasil), as pessoas foram para a rua ganhar o pão de cada dia, e o número de mortes pela covid-19 dobrou em relação ao ano anterior. Para evitar tudo isso, saúde, educação, valorização do salário mínimo, transferência de renda

— para que tudo isso tenha estabilidade, esse arcabouço fiscal garante que essas despesas não vão ser cortadas”, garantiu.

Indagado sobre privilégios do funcionalismo — o governo se comprometeu a pedir a retirada da proposta de reforma administrativa que a gestão Bolsonaro enviou ao Congresso —, o ministro disse que está sempre disposto a combater benesses no serviço público. “Precisamos de mais apoio. Quanto mais transparência tivermos sobre os privilégios que existem, mais fácil será a nossa tarefa de convencer o Congresso a cortar. O governo não paga porque quer, paga porque uma lei exige”, criticou.

Entretanto, salientou que esses privilégios são muito

menores do que os benefícios tributários concedidos a grandes empresas. “Abusos também acontecem, mas é um pinga no oceano perto do gasto tributário que algumas pouquíssimas empresas conseguiram no Congresso”, apontou.

Segundo Haddad, se o governo e o Congresso tiverem medo de enfrentar grandes interesses, o país não sairá do lugar. “Se acabarmos com os privilégios de quem não precisa, a sociedade terá ambiente econômico muito melhor. Não podemos continuar punido trabalhadores para privilegiar meia dúzia de tubarões”, concluiu. (Com Agência Estado)

*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi



Para onde está indo o dinheiro público? Quando o cidadão souber o que está acontecendo, ele vai se indignar. ‘O meu salário não sobe para esse bilionário continuar mamando no Orçamento público?’ Vamos escancarar isso”

Não acho justo fazer recair ajuste sobre quem está precisando de um empurrão para subir na vida, para crescer, para se desenvolver, e manter essas ‘tetras’ abertas pelo Orçamento, sem transparência nenhuma”

O Congresso Nacional vai dar a última palavra. Se ele não quiser fazer com que quem não paga — as empresas bilionárias, listadas em bolsa —, se não quiser que as empresas paguem um pouco a mais do que pagam hoje, vai ter que olhar para o outro lado e cortar na carne de quem não tem, de quem está no osso”

Se acabarmos com os privilégios de quem não precisa, a sociedade terá ambiente econômico muito melhor. Não podemos continuar punido trabalhadores para privilegiar meia dúzia de tubarões”

Fernando Haddad,
ministro da Fazenda

Lula fala em mudar meta de inflação e bolsa sente

» ROSANA HESSEL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a dar declarações que mexeram com o mercado. Em café da manhã com jornalistas, ontem, chegou a sinalizar que quer mudanças na meta de inflação e, mais uma vez, não poupou críticas ao atual patamar dos juros.

As afirmações de Lula fizeram a B3 — que dava sinais de recuperação no começo do pregão e chegou a ficar acima de 101 mil pontos, atingindo a máxima de 101.628 pontos — recuar para 100.444 pontos, na contramão dos mercados europeus, que fecharam o dia no azul. Ao longo da tarde, houve uma redução no tombo do Ibovespa, mas o indicador acabou fechando o dia com queda de 0,15% a 100.821 pontos.

Gustavo Cruz, estrategista-chefe da RB Investimentos,

minimizou o impacto das falas de Lula, por ser a véspera da Sexta-Feira Santa um dia tradicionalmente fraco para o mercado financeiro. “A Bolsa passou boa parte da manhã em queda. Acredito em uma postura defensiva antes do feriado e considerando que, amanhã, saem dados de desemprego nos Estados Unidos”, destacou.

De acordo com Cruz, o mercado considerava o aumento da meta de inflação de 2024 para 4%, na reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) de junho. Mas, após as falas de Lula, Caio Megale, economista-chefe da XP Investimentos, considerou que o mais provável é que suba para 4,5%. “Esse é o nosso cenário, porque é o patamar em que estava a meta nos dois primeiros mandatos de Lula. E ele até citou essa taxa como exemplo”, destacou.

Reprodução



B3 tendia à recuperação, mas inverteu gráfico com afirmação do presidente

Megale alertou, contudo, para o fato de que com uma meta mais alta, o custo para que os juros caiam será maior e a Selic deverá continuar em patamares elevados, terminando em 11% no fim

de 2024, pelas estimativas da XP. Não à toa, as perspectivas de crescimento foram mantidas a 1%, tanto para 2023 quanto para 2024.

Nas reuniões de junho, tradicionalmente o CMN reafirma

as metas de inflação do ano corrente e do seguinte. Eduardo Velho, economista-chefe da JF Trust Gestora de Recursos, considera que uma proposta de ajuste na meta de inflação para cima é apenas “uma possibilidade”.

Para Velho, as declarações de Lula ajudaram na queda da Bolsa. “Junto com isso ainda tem a incerteza do ajuste de preços dos combustíveis e maior intervencionismo, desta vez também na política monetária. O viés será mais negativo do que benéfico”, observou.

A nova composição do CMN tem quatro integrantes: o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, Haddad, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, e a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck.